UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA REGIÃO DAS MISSÕES - RS [1]

Ana Jupira Lemos[2], *Gilberto Corazza*[3], *Jairo Jair Tavares*[4], *Wilson Antônio Nascimento de Oliveira*[5]

INTRODUÇÃO: O Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, a SDT/MDA, estruturou uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável tendo como eixo central uma abordagem territorial, que combina a integração e articulação de políticas públicas e de programas, mas que também construa um arranjo institucional adequado aos desafios de um projeto territorial, potencializando recursos financeiros e capital humano. A instância que conforme este novo arranjo institucional é o Colegiado de Desenvolvimento Territorial, o Codeter/Missões. MATERIAL E MÉTODOS: Em nível de Brasil foram selecionados 140 (cento e quarenta) territórios e, no Rio Grande do Sul 05(cinco) territórios. No noroeste gaúcho, a região das missões é um dos territórios escolhidos. A partir de novembro de 2004, na oficina de autodiagnóstico definiram-se duas instituições para firmar convênios com a SDT/MDA em vista da execução da política de desenvolvimento territorial. A plenária geral, conjunto de entidades que participa do processo, optou pela Associação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Fronteiriços, a ASTRF, organização não-governamental para assumir o papel de articulação territorial, e atualmente desempenhado pela ONG - Políticas Públicas Outro Mundo é Possível, a PPOMP, e a Fundação dos Municípios das Missões-Funmissões/AMM, para assumir o papel da capacitação dos atores territoriais. O objetivo central é a constituição de um plano territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, o PTDRS. Todo processo e mobilização dos fatores de desenvolvimento em nível regional buscam implementar uma dinâmica e metodologia baseada em ampla participação e debate democrático sobre políticas públicas, os atores vinculados à sociedade civil e ao setor governamental, ou seja, a convicção é que haja o compromisso efetivo de todos, convergindo para uma determinada visão de futuro, de um conjunto de eixos e opções estratégicas, bem como, de políticas e projetos que conformem a perspectiva de uma estratégia geral de desenvolvimento rural sustentável. RESULTADOS: As considerações e reflexões do presente trabalho possuem como referências básicas às diretrizes e orientações do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em especial as indicações da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, mas em particular o resgate das discussões dos atores locais, que anteriormente vinham debatendo e discutindo a partir de alguns referenciais diversos os conceitos e mitos sobre o desenvolvimento, mas deixando absolutamente evidente que o desenvolvimento social, ou seja, o desenvolvimento do denominado capital humano, historicamente tem se constituído como fator decisivo para o processo de desenvolvimento com justiça social, respeito ao ambiente e qualidade de vida. Neste sentido torna-se imprescindível à priorização dos processos formais e não formais da participação popular, pois com base num projeto político desenvolvimentista numa perspectiva transformadora, deverá se optar sempre como ideal de vida de todos o desenvolvimento de suas capacidades críticas e crescimento integral, ou seja, terá sempre o compromisso de instigar o protagonismo

de todos os atores envolvidos no processo.Em outros termos, o desenvolvimento, ou será integral e abrangente, superando os reducionismos economicistas e tecnicista, ou não será efetivamente desenvolvimento duradouro e sustentável. Neste sentido, nos parece imprescindível adotar as recomendações contidas no documento internacional denominado a CARTA DA TERRA que tem como um dos autores o escritor e teólogo Leonardo Boff. Pois diante de uma realidade regional marcada pelo empobrecimento no campo e na cidade e, profunda degradação ambiental, nos parece imprescindível adotar o compromisso ético-moral e político de tornar a miséria e a fome, bem como, a degradação ambiental como algo inaceitável e totalmente condenável em pleno início do século XXI. O Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, o PTDRS em sua primeira versão aponta como visão de futuro e concepção estruturadora a transição do modelo atual de agricultura, resultante da "revolução verde" na busca da agroecologia, sempre dialogando com um conjunto de eixos básicos, como a organização e reorganização das cadeias produtivas consolidadas e emergentes em vista a melhoria da renda na agricultura familiar, a educação do campo como forma de mecanismos formais e não-formais, sempre em vista a ampliação da capacitação geral e específica dos atores territoriais, a conformação de novo arranjo institucional no âmbito regional e municipal, a sustentabilidade ambiental, o compromisso dos governos municipais com o processo de desenvolvimento local e regional e, a questão da energia renovável, em particular a bioenergia, constitui um pano de fundo que indicam e inspiram as opções e desafios no âmbito territorial. CONCLUSÕES: A meta e objetivos era de até o final de 2005, ou no máximo no primeiro semestre de 2006, ter a definição de um Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, fato este que se tornou realidade, bem como, a precisão de mecanismos de gestão e auto-gestão deste plano, de forma que, os eixos estratégicos, os projetos e ações em todas as cadeias produtivas territoriais, funcionem, orientadas por uma estratégia geral de desenvolvimento. Se é verdade que o território das missões apresenta baixo dinamismo econômico, índices sociais preocupantes, graves problemas ambientais e, empobrecimento também é imperioso afirmar que existem enormes potenciais e possibilidades de dinamizar nosso processo sócio-econômico e cultural. O conjunto dos projetos territoriais aprovados e executados ou em execução no território missões obedece a temas/eixos centrais, que vêm confirmando a estratégia e o projeto de desenvolvimento territorial. Em 2003/2004, foi tema/eixo, a comercialização dos produtos da agricultura familiar, daí o projeto das Casas Missioneiras de Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar, os denominados quiosques, que foram indicados em onze municípios, combinando com as Centrais Locais de Comercialização. Neste período também se apoiou a cooperativa de crédito solidária, no caso a rede ligada à CRESOL. Já em 2005, o eixo principal foi o fortalecimento das agroindústrias familiares, na busca de organizar e reorganizar as cadeias produtivas tradicionais e emergentes, como a questão da fruticultura, do mel, do leite, da mandioca, da cana-de-açúcar e panificados. Por sua vez em 2006, houve uma seqüência dos temas de 2005, com a ênfase para o tema da energia renovável, no caso os biocombustíveis, como é o caso da microdestilaria de álcool combustível de Dezesseis de Novembro e a micro usina de biodiesel de São Pedro do Butiá, ambos os projetos considerados como um laboratório e desafio para o conjunto do território. Também a educação do campo esteve presente, como os casos das Casas Familiares Rurais, com o aporte

de recursos para a sua estruturação como equipamentos diversos. Em 2007/2008, optou-se em seguir a estratégia de apoiar com tema central as bioenergias, em particular o álcool combustível, tendo como objetivo a produção de energia e alimentos, pois a vocação histórica da agricultura familiar é a produção de alimentos. Neste sentido decidiu-se apoiar seis novos projetos de microdestilarias de álcool combustível. Outros temas também continuaram presentes, como a questão do apoio às agroindústrias familiares no setor de panificados, de fruticultura e o apoio ao processo de comercialização dos produtos da agricultura familiar.

REFERÊNCIA: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Secretaria de Desenvolvimento Territorial. Desenvolvimento com Todos. Referências para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil(2004).

1 Relato de Experiência de Desenvolvimento Rural Sustentável - Secretaria de Desenvolvimento Territorial

2 Bel em Administração de Empresas; Especialização em Desenvolvimento Local e Regional

3 Mestre em História Latino-americano

4 Mestrando em Desenvolvimento

5 Bel. em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial